

**PARA PREENCHIMENTO PELA ENTIDADE SOLICITANTE APÓS AUTORIZAÇÃO DE CEDÊNCIA DE INFORMAÇÃO
SUJEITA A SEGREDO ESTATÍSTICO - (LEI N.º 22/2008 DE 13 DE MAIO)**

COMPROMISSO DE SIGILO

Nos termos da Lei n.º 22/2008 de 13 de maio, que estabelece os princípios, as normas e a estrutura do Sistema Estatístico Nacional, designadamente do disposto no n.º 6 do artigo 6.º e de acordo com a 72.ª Deliberação da Secção Permanente do Segredo Estatístico, aprovada em 26 de maio de 2025, no âmbito da aprovação por procedimento escrito, conforme a 4ª Deliberação da Secção, de 31 de agosto de 2009, a Agência para o Investimento e o Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP), compromete-se a:

1. Guardar absoluto sigilo em relação aos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, relativos a informação estatística confidencial sobre Comércio Internacional, usando-os exclusivamente para os fins mencionados no segundo considerando desta deliberação;
2. Utilizar os dados para efeitos de análise interna, sem prejuízo da aplicabilidade do artigo 6.º da Lei n.º 22/2008 de 13 de maio, não procedendo à sua divulgação de forma direta pois para efeitos de divulgação de indicadores sobre as estatísticas do Comércio Internacional deverá a AICEP utilizar a base de dados com o tratamento do segredo que lhe será fornecida pelo INE;
3. Que a informação cedida pelo Instituto Nacional de Estatística no âmbito desta Deliberação, não pode ser objeto de divulgação individual nem pode ser utilizada para atualização da base de empresas, exportadoras e importadoras, constante do sítio da AICEP;
4. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger a informação estatística disponibilizada, contra o acesso não autorizado, a difusão, a alteração, a destruição accidental ou ilícita, ou a perda accidental;
5. Utilizar a informação somente para as finalidades para que foi cedida, e enquanto necessária, procedendo à sua destruição logo que deixe de ser necessária para aquelas finalidades, de forma que garanta a impossibilidade de quaisquer acessos futuros por terceiros;
6. Enviar ao INE e ao CSE o resultado de estudos ou trabalhos desenvolvidos a partir da informação estatística cedida, logo que esteja concluído.

Lisboa, de

de 2025

Nome ()

Cargo ()